



Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Fls.	586
Proc.	1247/92
Rubrica	

PARECER Nº 94/02- IBAMA/DLQA/COGEL

Brasília-DF, 23 de abril de 2002.

Dos Técnicos: Antonio Claret Karas – Eng^o Florestal
Mariângela Borges de Araujo – Eng^a Civil
Mônica de Arruda Camara – Economista
Sílvia Regina Alvarez Guedes – Bióloga

Para: Coordenador de Licenciamento

Empreendimento: UHE Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera).

Processo nº: 02001.001247/92-97

Fls.	3136
Proc.	1247/92
Rubrica	dm.

Fls.	3136
Proc.	1247/92
Rubrica	dm.

1. INTRODUÇÃO

Este Parecer Técnico tem como objetivo subsidiar a Renovação da Licença de Operação nº 121/00, de 01/12/00, concedida à Companhia Energética de São Paulo – CESP, que autoriza a operação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (UHE Porto Primavera) na cota 257m. Para tanto, será analisada a documentação encaminhada em atendimento às condicionantes da licença e considerados o Parecer técnico e a vistoria realizada à área do empreendimento, no período de 25/02 a 02/03/2002.

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A UHE Engenheiro Sérgio Motta é um empreendimento da Companhia Energética de São Paulo - CESP, construída no rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, composta por uma barragem mista de 11.380 m de comprimento, sendo 1.004 m de concreto (vertedouro, casa de força e eclusa de navegação) e 10.376 m de aterro, com a cota de coroamento de 263 m. A barragem de terra, localizada na margem direita do leito do rio tem uma altura máxima de 38,00 m e a de concreto, na margem esquerda, de 78,50 m. A capacidade de geração é de 1.800 MW, em 18 turbinas com potência ativa de 100.8 MW.

Para atender ao uso múltiplo, a barragem conta com uma eclusa, com câmara de 210m de comprimento por 17m de largura e altura de eclusagem de 23m, e nível de água mínimo, a jusante, de 2,40m, para transporte em comboio do tipo “paraná”.

Fis.: 3137
Proc.: 1247/92
Rubr.: *dm.*

Fis.: 3137
Proc.: 1247/92
Rubr.: *dm.*

Fis.: 581
Proc.: 1247/92
Rubr.: *[assinatura]*

3. VISTORIA TÉCNICA À ÁREA DO EMPREENDIMENTO

Meio Físico

Foi realizado sobrevôo nas áreas do reservatório e a jusante da barragem, observando as encostas e ocupação das margens. Existem encostas com processos erosivos estabilizados e outras em estabilização. Como não está previsto o enchimento da próxima cota 259 m, até o momento, a CESP está dando continuidade aos Programas e Monitoramentos previstos relativos ao meio físico.

Na vistoria foi verificado que a faixa do reservatório encontra-se com ocupação desordenada, apresentando loteamentos nas áreas urbanas e na área rural, verificou-se que nem sempre as cercas dos proprietários estão isolando a entrada de animais, na área já reflorestada pela CESP. As informações pertinentes aos programas para o meio físico, constam também dos relatórios individualizados e do Relatório de Implantação dos Programas Ambientais – RIPA 2001 – versão 2, de novembro de 2001. Abaixo está relatado a situação da implantação de alguns Programas Ambientais do meio físico e no item 5 consta os comentários pertinentes aos programas e do acompanhamento das condicionantes de licença.

O Programa de Monitoramento do Clima Local – está previsto a continuidade do levantamento, digitalização, análise e monitoramento das variáveis climáticas e a caracterização do clima local após a cota de enchimento 257/259 m.

O Monitoramento Sismológico e dos Níveis d' água – o monitoramento deverá ter continuidade.

Obras de dragagem de canal a ser retificado:

A CESP solicitou a dragagem para restauração do canal de navegação, localizado a jusante da UHE Sérgio Motta no município de Rosana/SP. Com o deplecionamento devido a operação da usina, ocorre a baixa do nível da água formando um espraiamento que não dá condições de navegação aos ribeirinhos. Os pescadores, dependendo da operação da usina, tem de transportar de suas ^{casas} casas, nas costas, a uma distância com cerca de 100 a 200m, os barcos, motores e apetrechos de pesca e todo o pescado, com peso elevado, até o local onde dá calado para os pequenos barcos.

Após as obras previstas o canal de navegação deverá ser sinalizado com bóias refletivas indicando os locais para balneabilidade e o local do canal de navegação. O local foi vistoriado e foi observado que existe um porto de areia localizado a jusante do ponto pretendido para a realização da dragagem.

A atividade de dragagem se dará em uma extensão de 1.800 m, com largura de fundo, de 20m e na parte superior com largura de 35 m, altura de 2,35 metros nos pontos mais críticos, variando até 1,40 m, em alguns pontos. Tem locais que a cota é negativa, sendo mais profundas. O canal está localizado junto à margem esquerda, do rio Paraná e do outro lado já existem ilhas formadas ou em formação em toda sua extensão. O volume a ser dragado será de aproximadamente 50.000 a 60.000 m³, a ser realizado com uma pequena draga com capacidade de 100 m³/h e com tempo de duração das obras é de 60 a 90 dias. A destinação final do material será o canteiro de obras da CESP. A metade do material será consumida nas obras e a outra metade ficará no estoque da empresa.

Fls.:	3138
Proc.:	1247/92
Rubr.:	dm.

Fls.:	588
Proc.:	1247/92
Rubr.:	

Segundo as imagens de satélites e informações do IPT, os bancos de areia se formam desde 1972, com progressão de formação de ilhas e as condições de sedimentação mudaram em decorrência da barragem de Porto Primavera.

O IPT realizou pesquisa com resgate de seções de 1978 e refez as seções batimétricas em todas as 21 seções em monitoramento, realizando dois levantamentos batimétricos. Resgatou levantamento aerofotogramétrico do rio Paraná de 1953, em escala 1:20.000 ou 1:25.000 para trabalhar. De 1995 para cá o canal assoreou e após o fechamento do reservatório a situação piorou ainda mais.

O IPT está realizando o monitoramento dos impactos a jusante. No entanto para o local deverá ser adicionado novos pontos de monitoramentos específicos na região do canal, para avaliar o comportamento do aporte de sedimentos. Deverá ser solicitado à CESP realizar a caracterização para os meio físico, biótico e sócio-econômico, nesta etapa, além de caracterizar o material proveniente da dragagem. A dinâmica natural do rio já propicia a deposição de areia, pois está localizado em região após uma curva do rio Paraná, onde as velocidades são pequenas.

Provavelmente no futuro será necessário realizar dragagem de retificação. A operação da usina é mais propensa a aumentar a sedimentação nos finais de semana, devido a redução da geração e o aumento das vazões vertidas.

Meio Biótico

Na última vistoria técnica realizada, foi realizado um sobrevôo à área do empreendimento, contemplando jusante e montante do reservatório, visando observar alguns pontos como as áreas a jusante onde estão ocorrendo processos de deposição de sedimentos, Fazenda Cisalpina (uma das áreas de relocação da fauna local), região do rio do Peixe e do Iguapeí, e região de Castilho. Depois do sobrevôo, foi realizada vistoria por via terrestre, com início na Fazenda Cisalpina.

Na Fazenda Cisalpina observou-se a presença contante de pesquisadores que vem trabalhando com o monitoramento de cervos do Pantanal. Na oportunidade, fomos informados pelos pesquisadores na área, que as espécies relocadas, como o caetitu e o queixada, não mais haviam sido observadas na área, desde que a alimentação (cevas) para os animais foi retirada da área, e que haviam suspeitas de caça de animais nas redondezas, ocasionada pelos moradores do assentamento Pedra Bonita, situado próximo à Fazenda Cisalpina, motivo este que os animais estariam desaparecendo dessas áreas. Apesar da existência de Programa de Educação Ambiental nos assentamentos, a sua ação não vem impedindo que o impacto ocorra sobre a fauna local. Quanto aos trabalhos de fiscalização da Polícia Florestal, mesmo recebendo auxílio financeiro para manter e intensificar a fiscalização na área, também não vem surtindo qualquer efeito quanto a preservação desses animais, pois a caça continua a ocorrer de maneira indiscriminada. Quanto aos monitoramentos efetuados nesta área, notou-se que a CESP, praticamente, paralisou todos os procedimentos referentes à continuidade destes programas, com exceção do Programa dos Cervos do Pantanal.

Fls.: 3137
Proc.: 1247/92
Rubr.: dr.

Fls.: 589
Proc.: 1247/92
Rubrica

Foi ainda observada a necessidade premente de transformar a área da Fazenda Cisalpina em uma Unidade de Conservação, ou seja em Refúgio de Vida Silvestre ou outra categoria que mais se adeque a área. Assim, sugere-se que seja encaminhada esta questão para o DEUC, com a finalidade de promover uma reunião a fim de prever o melhor trâmite para definir esta questão.

Com relação também às áreas de relocação das fazendas do entorno, temos a esclarecer que as mesmas não vem sendo monitoradas, ou seja, todos os trabalhos inerentes a fauna, foram paralisados, o que torna todos os esforços de monitoramento perdidos pela falta de continuidade destas avaliações.

Além destes problemas relatados acima, foi possível verificar na área relativa à Reta 1, ou seja, a área de lazer denominada "Toca do Peixe", a construção de estruturas constando de sede e churrasqueiras dentro das áreas de preservação permanente. Cabe ressaltar que o gado também tem sido constantemente observado nestas áreas. De acordo com a empresa será realizado o Plano Diretor, o que vem dirimir de certo modo estes problemas, porém existe a grande preocupação que quando da sua realização, a faixa já esteja completamente comprometida, dificultando nos trabalhos de proteção da mesma.

Foi solicitado, ainda, da empresa, o encaminhamento dos relatórios de monitoramento dos cervos e felinos e dos demais programas de monitoramento, bem como, da situação atual dos mecanismos de transposição para os organismos aquáticos, o que deverá constar como condicionante de licença. Discutiu-se ainda sobre a importância de se reavaliar os Projetos Específicos, visando a elaboração de Plano de Manejo adequados às condições atuais. A CESP, esclareceu que, com relação ao Plano de Manejo dos Cervos, o mesmo deverá ser finalizado até o final do ano de 2003, porém, nada mas foi encaminhado, pela empresa, referente aos demais monitoramentos (bugios e felinos).

Outras questões ainda foram abordadas com técnicos da CESP, sobre os altos níveis de fenóis que se encontram acima do permitido pela Resolução CONAMA, na região do rio do Peixe, estão ocorrendo estes altos níveis em função da menor renovação de água nestas áreas. Assim, considera-se importante a averiguação deste fato a partir das análises efetivadas pela empresa.

Foi ainda esclarecido pela CESP, sobre a operação constante da escada de peixes, sem que ocorra qualquer interrupção deste fluxo. Assim, conforme informação de técnico da CESP, os bagres, o pacu e o pintado, tem subido constantemente. Os peixes devem retornar pela escada e pelo vertedouro, porém, este último mecanismo raramente fica vertendo. A empresa deverá encaminhar o Relatório sobre a eficiência da escada dentro de 30 (trinta) dias. Os monitoramentos de ovos e larvas também foram paralisados pela CESP, devendo a mesma retomar os referidos monitoramentos imediatamente.

Assim, entendemos que neste contexto cabe multa ou procedimento noticiatório sobre a CESP, no que diz respeito a paralização quase que total do andamento dos Programas Ambientais inerentes à questão da fauna.

Foi realizado um sobrevôo com a finalidade de avaliarmos as condições, desenvolvimento e a resposta da vegetação, quanto a operação na cota 257m no lado paulista

Fis.:	3140
Proc.:	1247/92
Rubr.:	dm.

Fis.:	590
Proc.:	1247/92
Rubr.:	

como em território sulmatogrossense. Quanto ao estado de São Paulo, os remanescentes florestais não sofreram quaisquer danos pelo efeito de enchacamento das raízes, não sendo observado o definhamento das árvores lindeiras ao reservatório. Ainda neste lado, sobrevoamos o rio do Peixe no intuito de avaliarmos o efeito do enchimento para a nova cota. No parecer técnico que subsidiou a Licença de Operação no fechamento para a cota 257m, foi recomendado, com base na modelagem matemática, que a vegetação ciliar não fosse retirada. Na vistoria à área, pudemos observar que houve o desfolhamento de parte da vegetação arbórea. No entanto, observamos que os efeitos danosos esperados foram minorados, e a asfixia das raízes não alcançou limites extremos a ponto de colocar em risco as áreas florestais do parque.

Em Mato Grosso do Sul o material lenhoso proveniente do desmatamento está sendo aproveitado no parque fabril de Porto João André. A vegetação remanescente do desmatamento não sofreu um desfolhamento pelo efeito do levantamento do lençol freático naquelas áreas. No entanto, foram criadas grandes áreas de paliteiros. Foi observado que boa parte da Fazenda Beira Rio encontra-se acima da cota 257m, notando-se a presença de inúmeros animais de grande porte como antas, capivaras e cervos. A CESP vem monitorando tais exemplares da fauna.

Outra questão que foi abordada, trata-se de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que foi assinado de comum acordo entre a CESP - Companhia Energética de São Paulo, e o Ministério Público Federal, a respeito da alteração do Programa Ambiental de Reflorestamento da Faixa de Preservação Permanente, onde houve pleno acordo de alteração referente ao Programa de Reflorestamento Ciliar do Reservatório, Afluentes e Tributários, da Cláusula 9º, δ1º, que trata do seguinte texto, “ *Dos 6.107 hectares previstos inicialmente, serão implantados 3.396 em área pertencente à CESP, e a CESP arcará com os custos de implantação, manutenção por dois anos e cercamento da área, se necessário. Para os 2.711 hectares restantes previstos na modalidade fomento florestal, a CESP se compromete repassar o valor correspondente para o item, obras regionais que consta do Anexo 3. Cabe ressaltar que o Anexo 3 trata-se de melhorias na infra-estrutura dos municípios, ou seja construção de estradas, esgotamento sanitário, etc. Cabe salientar que além de ter sido alterado o Programa Ambiental de Preservação da área, o IBAMA não foi em momento algum consultado sobre a existência do referido TAC. Assim, é mister encaminhar à PROGE o referido TAC, com vistas a solicitação de orientação quanto aos procedimentos legais a serem seguidos com a finalidade de inverter este processo. Não vemos óbice a execução de procedimentos que visem a minimização dos impactos ocasionados nos municípios, contudo, vale esclarecer que os mesmos não devem ser trocados por programas ambientais já aprovados por este IBAMA.*

Foi ainda realizada reunião com a Procuradoria da República de Presidente Prudente no Estado de São Paulo, em 28/02/2002, na qual abordou-se sobre alguns temas:

- Pedido de Renovação da Licença de Operação 121/00, que autoriza o enchimento somente até a cota 257m, mas a empresa não se manifesta quanto a cota 259m;
- Ações ineficientes de fiscalização da Polícia Florestal para coibição da caça e pesca predatória, principalmente porque, no âmbito do licenciamento ambiental, foram viabilizados os meios necessários para de garantir essas ações;

Fls.: 3141
Proc.: 1247/92
Rubr.: dn.

Fls.: 3139
Proc.: 1247/92
Rubr.: dn.

Fls.: 591
Proc.: 1292/92
Rubrica

- Ocupações irregulares na faixa de Preservação Permanente, com a criação de condomínios e demais estruturas sendo construídas, e;
- Portaria do IBAMA proibindo a pesca profissional no lago de Porto Primavera por 90 dias, para definição da malha adequada - 7mm/18mm.

O IBAMA solicitou, ao Ministério Público Federal, apoio no sentido de buscar ações eficientes junto à Polícia Ambiental, a fim de intensificar a fiscalização das ações de pesca predatória no lago e caça nas áreas do entorno da UHE - Sérgio Motta e da ocupação irregular da faixa de preservação permanente. Essa questão deverá ser oficializada e avaliada a possibilidade de alteração do convênio, via MP.

Houve discussão sobre a ^aoperação do reservatório em uma ou outra cota (cota 257m, cota 259m ou 257/259m), sem, contudo, ficarem definidos os procedimentos com relação a esta questão. O projeto prevê a operação na cota 257/259m, salvo comprovado comprometimento ambiental. O IBAMA concedeu a LO que condiciona o enchimento até a cota 257m e a empresa requereu a renovação da licença. Para o meio físico a oscilação do nível do reservatório torna-se prejudicial para a estabilidade das encostas e para o meio biótico a cota 259m pode comprometer a área de soltura dos animais do programa de resgate de fauna no Mato Grosso do Sul. Lembramos que dessa definição depende o andamento de vários programas sócio-ambientais como o ponto de embarque e desembarque.

Meio sócio-econômico,

No Estado do Mato Grosso do Sul, foi observado o resultado dos trabalhos no Programa de Readequação da Mão-de-Obra em Nova Porto XV, no município de Bataguassu, com a comercialização dos artesanatos de argila ao longo da rodovia. Foram vistoriados os reassentamentos de Pedra Bonita, Nova Porto João André e a comunidade Ofayé, que, inclusive, está colhendo os produtos cultivados nas áreas preparadas pela CESP, que está fornecendo mudas e sementes, indagados pelo apoio da FUNAI, confirmaram que não têm recebido assistência.

Em Três Lagoas/MS, foi realizada reunião com a presença do Prefeito Municipal, o Secretário de Meio Ambiente, representante do DNPM, do IBAMA local e o Procurador do IBAMA em Campo Grande, Associação dos Oleiros de Três Lagoas, Polícia Ambiental e Ministério Público para tratar da questão referente às 37 famílias de oleiros do município, que tiveram sua atividade paralisada por falta da documentação legal. A sugestão aceita por todos foi a criação de uma Cooperativa dos Oleiros e a requisição da área junto ao DNPM. O prefeito comprometeu-se em ceder a equipe técnica para elaborar o projeto e auxiliar no transporte da argila estocada pela CESP até suas olarias. Ficou acertada uma vistoria ao local no dia seguinte, enquanto a área jurídica definisse um Termo de Compromisso para viabilizar a atividade concomitante com a regularização dos oleiros.

Durante a vistoria o representante dos oleiros informou que as áreas onde existem as melhores jazidas de argila pertencem a um grande empresário, que também detém o direito de exploração. Os oleiros demonstraram rejeição à criação da Cooperativa e informaram, também,

Fis.: 3142
Proc.: 1247/92
Rubr.: dn.

Fis.: 3142
Proc.: 1247/92
Rubr.: dn.

S.: 592
Proc.: 1247/92
Rubr.: dn.

que os associados não querem nenhum benefício via prefeitura. Diante do desentendimento com o prefeito e a recusa dos oleiros foi cancelada qualquer ação tratada anteriormente.

Para tentar solucionar o problema de outra forma, o representante do DNPM marcou as áreas para fazer uma pesquisa e verificar todos os registros. A CESP deverá requerer a licença junto ao DNPM para os estoques e sua posterior liberação. Assim, fica proibida a entrada dos oleiros nas áreas de propriedade da CESP, que não deve fomentar irregularidades. O IBAMA encaminhará solicitação ao DNPM para disponibilização das áreas cedidas para exploração que não estão sendo utilizadas, para atender os pequenos oleiros do município.

No loteamento do Alto do Mirante II, em Presidente Epitácio/SP, que está comprometido pelas erosões, o problema está cada vez mais grave. Mas, a realização da drenagem na área do reassentamento estaria comprometida em pouco tempo, caso não seja realizada a obra desde o início da via, onde existe outro loteamento implantado pela prefeitura e não existe sistema de drenagem das águas, que descem danificando as obras realizadas no loteamento Alto do Mirante II. Foi informado, ainda, que o título de propriedade das casas não foi repassado aos beneficiários por uma pendência judicial com o antigo proprietário da área.

Na reunião com os pescadores e o Ministério Público, em Presidente Prudente, ficou definido que o item do TAC que trata da mitigação sobre a atividade de pesca (1000 metros de rede) deverá ser alterado, devendo a CESP disponibilizar R\$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais) para revitalização das colônias de Três Lagoas, Panorama e Presidente Epitácio, necessariamente após uma avaliação técnica das reais necessidades e ações significativas para a manutenção da atividade e melhoria da renda, e mais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em equipamentos, preferencialmente de segurança e sinalização, para os 550 pescadores identificados como beneficiário do programa.

O Centro de Educação Ambiental está concluído, devendo ter início as respectivas atividades ainda no primeiro semestre do corrente ano. Foram verificadas as instalações, as obras civis estão prontas, mas ainda há uma família ocupando o local e a CESP aguarda decisão judicial para proceder a sua remoção.

No sobrevôo pode ser observada a ocupação, talvez irregular, das margens do lago, o Parque do Figueiral e as obras da área de lazer em Panorama. Realmente não foi possível verificar todos os programas pelo tempo limitado e as reuniões ocorridas.

Foram recebidas muitas denúncias, tanto de irregularidades na atividade de pesca, com ações criminosas, como das dificuldades das famílias de pescadores para sobreviver com a proibição da pesca no lago. Está havendo um grande conflito, principalmente no município de Presidente Epitácio, onde a Associação Comercial conta com o apoio do poder público para o fechamento definitivo da pesca profissional no lago e incentivo ao turismo. Pelas informações recebidas, a pesca predatória estava sendo praticada por pessoas de fora, que se utilizavam da permissão de uso da malha tamanho 7mm para praticar atos criminosos, por insuficiência de fiscalização. Inclusive, foi relatado, por moradores do local, que a própria polícia ambiental foi vítima de ameaças, com os indivíduos armados contra um só homem que não pode reagir.

Mesmo não percorrendo todos os reassentamentos e visitando todas as áreas, pode-se perceber que é menor a intensidade dos trabalhos de educação ambiental e apoio aos

Fis.: 3143
Proc.: 1247/92
Rubr.: dn-

3. 593
Proc. 1247/92
Rubrica

reassentamentos, devendo ser condicionada na renovação da licença a continuidade dos programas aprovados no PBA.

4. DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELA CESP PARA ANÁLISE

- Levantamento e monitoramento de macrófitas aquáticas na área de influência do reservatório de Porto Primavera – Relatório Final/out/2001;
- Programa de Conservação da Ictiofauna – Relatório de Operação do elevador para peixes – Período 2000/2001;
- Proposta de Investigação para elaboração de um plano de manejo e conservação de cervo-do Pantanal na região da UHE de Porto Primavera;
- Projeto Cervo-do pantanal de Porto Primavera;
- RIPA – Relatório de implantação dos Programas Ambientais 2001 (versão 2).

5. ANÁLISE

Passaremos para análise e comentários quanto ao atendimento das condicionantes apresentadas pela empresa.

Atendimento às condicionantes da Licença de Operação nº 121/00

2.1 Concluir 30 (trinta) dias antes do enchimento do reservatório na cota 257m:

- **o Programa de Remanejamento da População Atingida na cota 257m/259m;**

Atendido.

- **o Programa de Limpeza do Reservatório;**

A licença autoriza o enchimento até a cota 257m, nessa etapa foi concluído.

- **a retirada de todo material lenhoso resultante do desmatamento, e não remover a biomassa das bacias dos rios Aguapeí e Peixe;**

De acordo com a empresa não há material lenhoso resultante do desmatamento abaixo da cota 257m. Parte do material que se encontrava nas Ilhas Zanela e São Luis foi destruído pelo fogo.

- **a implantação das bases de resgate de fauna;**

As bases de resgate foram providenciadas e as atividades foram devidamente implantadas. As bases de resgate de fauna em Primavera, Presidente Epitácio, Panorama e Anaurilândia já estão implantadas.

- **a relocação dos animais que se encontram na Fazenda Beira Rio e nas demais áreas ilhadas para áreas de solturas selecionadas;**

De acordo com os técnicos da CESP os trabalhos de resgate de fauna foram efetivados, contudo, em vistoria técnica à área foram observados alguns locais que ficaram ilhados no reservatório onde notou-se que a presença de caçadores estava sendo intensa o que

Fls.: 3144
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

Fls.: 3144
Proc.: 1247/92
Rubr.:

I.S. 594
Proc. 1247/92
Rubrica

vem dificultando os trabalhos da operação e da polícia florestal. A empresa deverá encaminhar os relatórios relativos ao acompanhamento da fauna nas áreas de relocação. Contudo, através da última vistoria à área notou-se que o monitoramento destes animais relocados não vem sendo realizados pela CESP.

2.2 Apresentar para avaliação do IBAMA, antes do enchimento do reservatório na cota 257m:

- **resultados e medidas a serem tomadas quanto ao manejo da espécie *Hemitriccus*, Maria-catarinense encontrada na região do rio do Peixe, executando as ações necessárias à sua preservação;**

De acordo com o Termo de Cooperação Técnica PROAVES- Associação Brasileira para Conservação das Aves/CESP, foi esclarecido que a espécie em questão, ou seja a suposta *Hemitriccus kaempferi*, Maria-catarinense não se tratava exatamente desta espécie e sim de outra semelhante, pouco conhecida a *Todirostrum latirostre ochropterum*. Assim, decidiu-se nesta condicionante acerca de um novo projeto de Conservação da Avifauna na região de Influência da Usina Hidrelétrica Engº Sérgio Motta. Assim, necessitamos no momento de relatórios de acompanhamentos que deverão ser encaminhados a este IBAMA.

- **mapa de uso do solo específico para a Fazenda Cisalpina, discriminando as formações vegetais existentes (áreas de várzea, mata mesófila e campos), quantificando em unidade de área, nas cotas 257/259m, no prazo de 45 dias;**

Foi encaminhado pela empresa o mapa do uso do solo específico para a Fazenda Cisalpina, quantificando em unidade de área, discriminando as formações vegetais existentes, entre as cotas 257m, 259m.

Cabe ainda enfatizar que na vistoria técnica à área, ficou claro que a empresa não deverá operar na cota 259m, tendo em vista que provavelmente ocorrerão prejuízos às espécies que foram relocadas para estas áreas e para aquelas existentes nestas áreas. É mister informar que pelas condições de preservação destes ambientes, estas áreas deveriam se tornar Unidades de Conservação ou de uso direto ou indireto conforme melhor se adequar à categoria a ser proposta. Assim, existe a necessidade premente de transformar a área da Fazenda Cisalpina em Refúgio de Vida Silvestre ou outra categoria que mais se adequar a esta área. Sugere-se ainda que seja encaminhada esta questão para o DEUC com a finalidade de promover uma reunião a fim de prever o melhor tramite com vistas a definir esta questão.

- **medidas que assegurem a preservação dos cervos-do-pantanal que se encontram na foz do rio do Peixe, no prazo de 60 dias;**

A CESP com a finalidade de assegurar a preservação dos cervos-do-Pantanal existentes na área de inundação, firmou um convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, da UNESP, em Jaboticabal, e com a EMBRAPA. Os trabalhos previsto no convênio com a UNESP já foram iniciados.

Fls.: 3145
Proc.: 1247/92
Rubr.: am.

Fls. 595
Proc. 1247/92
Rubrica

A translocação experimental de cervos-do Pantanal da área de inundação, foi realizada em seis animais na Fazenda Cisalpina. Há problemas de transmissão de sinal em quatro desses animais que, por essa razão, não estão sendo monitorados regularmente. Um dos animais continua sendo monitorado e o outro foi morto por um felino de grande porte.

Pela avaliação de impacto devido ao enchimento do reservatório sobre a população de cervos-do Pantanal do rio do Peixe/SP, notou-se que dos 21 animais que foram capturados, e aparelhados, nove continuam sendo monitorados, nove morreram e, dos outros três, não há informações conclusivas devido a problemas que ocorreram com o colar. Porém, o estudo menciona que a maioria dos animais apresentam estado corporal bastante debilitado. Tem sido constatado o aumento de caça na região. Através de vistoria técnica à area constatou-se que este é um dos únicos monitoramentos que ainda estão sendo realizados, os demais se encontram paralisados. Assim, consideramos fundamental a continuidade deste monitoramento.

A CESP encaminhou uma Proposta de Investigação para a elaboração de um Plano de Manejo e Conservação do cervo-do-Pantanal na região da UHE de Porto Primavera, na qual menciona que sob o ponto de vista de conservação, as ações a serem desenvolvidas buscam garantir a persistência desta espécie na região o que vem de encontro a solução dos problemas mencionados, considerando-se que esta é a última população da espécie considerada viável em toda a bacia do Paraná em território brasileiro (Tomas 1997). Apesar das consequências negativas sobre esta espécie, acredita-se que processos podem ser aliviados através de um programa de manejo que tem como objetivos garantir a persistência das subpopulações e a manutenção da diversidade genética, baseando-se em um modelo semelhante ao de metapopulações. Mesmo com a extinção de subpopulações, a perda de alelos raros e a diminuição da diversidade genética podem ser minimizadas através de um plano de manejo que leve em consideração a distribuição da diversidade genética da metapopulação. O projeto considera que a transferência de material genético e/ou translocações de indivíduos entre subpopulações seria desnecessário para a manutenção da diversidade genética da metapopulação, bastando a manutenção (ou melhoria) das condições de habitat e do número de indivíduos, pelo menos a médio prazo. Assim, o projeto apresenta uma série de objetivos que a princípio consideramos adequado, devendo a empresa "fechar" uma proposta definitiva, o mais breve possível.

2.3 Não proceder ao enchimento do reservatório durante o período de piracema;

Não temos conhecimento do não cumprimento do período de piracema, de acordo com a empresa o enchimento do reservatório ocorreu após o término da piracema.

2.4 Apresentar proposta para proteção das encostas classificadas com grau de criticidade 2, para a cota 257m;

O IPT realizou levantamento para as encostas, de grau 2, indicadas no EIA. No âmbito do programa, no item 2.14, estão relatadas mais informações relacionadas ao programa de proteção de encostas. No entanto, devido a situação atual de ocupação do entorno do

Fls.:	3146
Proc.:	1247/92
Rubr.:	Am.

Fls.:	3146
Proc.:	
Rubr.:	

Fls.:	3146
Proc.:	1247/92
Rubr.:	

reservatório, alicerçado nas informações de monitoramento, da geotecnia e geomorfologia do terreno, cruzando com o mapa de declividades será estabelecido um novo mapa de risco, das feições e ocupações do reservatório como um todo e não pontuais como previsto no EIA. A fim de estabelecer um gerenciamento mais eficaz, para a proteção das encostas marginais consideradas críticas. O relatório com os resultados será entregue posteriormente, pois as informações do lado sul-matogrossense serão digitalizadas, pelo fato de não existir informações, a exemplo do lado paulista que tem informações que foram resgatadas.

2.5 Continuar a soltura da fauna resgatada, não relocada ou não destinada às instituições científicas, em áreas adjacentes à inundação, por meio de solturas brandas;

De acordo com os procedimentos seguidos pela empresa, este item foi devidamente contemplado.

2.6 Enviar animais provenientes do resgate para instituições científicas somente após as devidas autorizações emitidas pelo IBAMA;

Para esta questão deverá ser encaminhado Memo para o setor de fauna deste IBAMA, com vistas a solicitar o seu posicionamento quanto às autorizações emitidas por este setor.

2.7 Apresentar modificação da metodologia a ser implantada para o programa de monitoramento da translocação da fauna nos fragmentos florestais;

Conforme foi verificado in loco e em reuniões com técnicos da empresa, este programa se encontra totalmente paralisado, sendo necessário a sua reativação. No entanto, é fundamental que seja mencionado a perda de informações para o referido programa, por já ter ocorrido descontinuidade nas ações. Torna-se fundamental que a empresa seja imediatamente notificada da sua falha na condução dos trabalhos.

2.8 Apresentar Zoneamento Ambiental e Plano Diretor do Reservatório;

É necessário realizar ações junto às Prefeituras no âmbito do Programa de Educação Ambiental e do Plano de Uso do Reservatório, estabelecendo ações de gerenciamento da ocupação e elaborando o zoneamento do entorno do lago. O Plano de Uso do reservatório da UHE Porto Primavera, está em fase de contratação pela CESP. Foi elaborado um Termo de Referência para nortear a sua elaboração. Deverá ser solicitado o envio do relatório de andamento da contratação para acompanhamento da atividade.

2.9 As providências em relação aos usos e ocupação da área de preservação permanente, criada no entorno do reservatório artificial, deverão ser efetivadas em consonância com a Resolução do CONAMA, a ser publicada, conforme previsto no Art. 4º, Parágrafo 6º, da Medida Provisória 1.956-56, de 16 de novembro de 2000 e suas alterações, que definirá os parâmetros e regime de uso;

Encontra-se no aguardo da Resolução do CONAMA que será publicada para fins de reservatórios artificiais.

Fls.: 314
Proc.: 1247/97
Rubr.: dm.

597
Proc.: 1247/97
Rubrica

2.10 A CESP deverá implementar ações para efetivar o disposto no Art. 4º, da Portaria nº 073, de 30 de outubro de 2000;

Entende-se que a mesma vem sendo cumprida.

2.11 Evitar a translocação dos animais oriundos do resgate, nos períodos de seca (junho, julho e agosto).

De acordo com a empresa nos meses de junho, julho e agosto de 2001, foram resgatados 4.655 animais. Devido ao grande número de animais resgatados, tornou-se inevitável realizar as realocações, já que seria inviável mantê-los em cativeiro. Além disso, a permanência em cativeiro poderia comprometer a adaptação ao novo habitat; a estiação ocorrida no ano de 2001, não foi tão severa e as áreas de relocação estavam em condições satisfatórias para receber os animais.

2.12 Reavaliar a condição de sobrevivência dos animais que se encontram na fazenda Cisalpina, após o enchimento da cota 257m, considerando sua capacidade de suporte.

Quanto a este item, entendemos que não vem sendo cumprido.

Na Fazenda Cisalpina observou-se a presença contante de pesquisadores que vem trabalhando com o monitoramento de cervos do Pantanal, na oportunidade foi colocado que as outras espécies relocadas como o caetitu e o queixada, não mas haviam sido observadas desde que as cevas tinham sido retiradas destas áreas, e que haviam suspeitas de caça de animais das redondezas ocasionada pelos moradores do assentamento Pedra Bonita, que se localiza mais próximo à Fazenda Cisalpina, motivo este que os animais estariam desaparecimento destas áreas. Apesar da existência de Programa de Educação Ambiental nestes assentamentos, a sua ação não vem permitindo que o impacto ocorra sobre a fauna local. Quanto aos trabalhos de fiscalização da Polícia Florestal, também não vem surtindo qualquer efeito quanto a preservação destes animais, pois a caça continua a ocorrer de maneira indiscriminada. Quanto aos monitoramentos efetuados nesta área, notou-se que a CESP, praticamente paralisou todos os procedimentos referentes à continuidade destes programas, com exceção do Programa dos Cervos do Pantanal.

2.13 Construir os pontos de pesca ao longo do reservatório, conforme mapa aprovado pela comunidade pesqueira e IBAMA, sendo proibida a construção dos mesmos em rios tributários, concentrando todos os pontos na borda do reservatório.;

Após verificação da aplicabilidade, constatou-se que a maioria das áreas viáveis estão em terras particulares e não há como disponibilizar o acesso. Após reunião, foi solicitado que a CESP refizesse o mapa, diminuindo os pontos de embarque e desembarque, em conjunto com o representante do IBAMA local, responsável pela fiscalização, para garantir a eficiência da proposta. Não está concluído, mas, segundo informado pela CESP, somente em Brazilândia não foi possível encontrar área de acesso. Os únicos lugares viáveis são o rio Verde (importante tributário) e uma área embaixo do elevado da estrada que atravessa a Fazenda Cisalpina, próximo ao embarque da balsa, onde se formou, naturalmente, uma "prainha". Como há a proposta de criação de uma UC, faz-se necessária uma consulta ao DEUC.

Fls.: 3148
Proc.: 1247197
Rubrica: dn

Os pontos de pesca, conforme já consensado com esse Instituto e o Ministério Público Federal, passarão a ser denominados como ponto de embarque e desembarque para pescadores e não terão, na área rural, infra-estrutura, sendo construída, tão somente, uma rampa para embarque e desembarque. De acordo com a CESP, está sendo concluído um relatório com as informações referentes aos pontos de embarque e desembarque para pescadores que, em breve, será encaminhado a esse Instituto. Cabe salientar que estes pontos não poderão ficar em tributários e em áreas de desova e, tampouco, próximos à Fazenda Cisalpina.

Fls. 598
Proc. 129797
Rubrica

MONITORAMENTOS

2.14 Continuar o monitoramento da estabilidade das encostas marginais para cota 257m;

Com relação ao programa de estabilidade das encostas a jusante, o IPT está fechando o 1º relatório, mas não foi entregue pela CESP até o momento. O IPT está realizando pesquisa resgatando fotografias aéreas até 1980 e imagens de satélite. Nas cartas antigas verificou-se o fenômeno da erosão das ilhas a jusante, antes do enchimento do lago. Do total de 100 seções em estudo instaladas para monitoramento desde maio/2001, somente para o impacto a jusante, existem pontos críticos e problemas de dinâmica de sedimentos. Estas seções cobrem 90% dos pontos críticos. Quando as águas estão baixas o sistema, de pinos, em uso está bom, no entanto, para as águas altas o sistema de pinos não está eficiente, o que deverá ser estabelecido outra sistemática de monitoramento.

Para o monitoramento na área do reservatório, o mapa de declividades e a parte de campo está concluído, mas ainda será finalizado a parte gráfica. O mapa com o prognóstico do recuo do lado paulista está mais adiantado e do lado sul-marco-grossense irá demorar, pois será todo digitalizado, para posterior apresentação ao IBAMA. O comportamento das encostas foi alterado em função do EIA, devido as questões da realidade atual, das ocupações, zoneamento das margens em termos de geologia e da geomorfologia, cruzando com o mapa de declividades. Após esta etapa terá o prognóstico e o comportamento como um todo, das margens do reservatório.

2.15 Implantar o Monitoramento Sedimentológico para avaliação da descarga sólida no reservatório;

Foi realizado levantamentos batimétricos dos locais mais susceptíveis e contratada a empresa para desenvolver os estudos para implantar o plano de monitoramento, para definir a vida útil do reservatório em termos de assoreamento.

No âmbito do Programa de Processos Erosivos e Assoreamento, a CESP já concluiu as atividades previstas para as microbacias dos córregos Negrinha e Itambí. Para as outras micro-bacias as atividades estão em desenvolvimento pelo convênio com a FEPAF – Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais. Em São Paulo na microbacia do ribeirão Caiuá, com 6.110,7 Ha, localizada em Presidente Vesceslau, o diagnóstico e a proposta de recuperação foram iniciados, com os trabalhos de terraceamento. Deverá ser realizado a proposta executiva para a recuperação ambiental.

Fls. 3149
Proc. 1247/02
Rubrica: Am.

Fls. 598
Proc. 1247/02
Rubrica

No córrego Água Sumida, localizada no município de Presidente Epitácio, Marabá Paulista e Teodoro Sampaio, os trabalhos de recuperação estão sendo iniciados em 2002. Deverão ser estabelecidos as práticas de conservação do solo, identificação e planejamento das áreas a reflorestar e a realização de cursos de reciclagem para os produtores rurais.

No estado de Mato Grosso, foram indicadas as micro-bacias dos córregos Machado (Aneurilândia), Guaçu (Bataguaçu) e Bom jardim (Brasilândia). As Prefeituras de Três Lagoas e Santa Rita do Rio Pardo, ainda não definiram as microbacias a serem trabalhadas. Ainda deverá ser iniciado o diagnóstico sócio-ambiental e físico e as demais atividades nessas sub-bacias.

O Monitoramento dos Processos Erosivos e de Assoreamento, a primeira campanha deverá ser realizada dois anos após o enchimento da cota 257/259, prevista para abril de 2003.

2.16 Monitorar os efeitos da elevação do lençol freático, como resultado do enchimento do reservatório na cota 257m;

Estão sendo realizados o monitoramento do lençol freático da água subterrânea regional, das edificações e da instalação de instrumentação para monitoramento geotécnico em várias localidades. Estas atividades terão continuidade e inclusive o monitoramento da qualidade das águas subterrâneas.

Foi vistoriado o local do antigo poço profundo da Petrobrás, que o Thermas de Epitácio utiliza em seu balneário. Existe uma surgência de água, com temperatura elevada do aquífero Guarani, na lateral da laje de cobertura do poço. A laje está deslocada e contém rachaduras que oferecem riscos, apesar da área estar cercada, mas qualquer curioso ou animal, tem acesso ao local. A água escorre naturalmente sobre o terreno formando um rego d' água e cai no ribeirão Caiuá, próximo ao local. Existe um processo contra a CESP em andamento. O IPT elaborou o laudo nº 54.194 de setembro de 2001, que foi juntado ao processo pela CESP. No processo existe um laudo de um consultor do Thermas que identificou em 1998 a existência de uma janela em cota superior da tubulação, que com o enchimento do reservatório e mudança de pressões, devido a subida do lençol fez jorrar a água quente que está descalçando a laje superior, resultando na surgência de água quente no solo em torno do poço profundo. Independentemente da influência do reservatório, o poço está inadequado na sua superfície, e está impactando o ambiente e causando riscos quanto a temperatura da água no ribeirão Caiuá. A CESP deverá ser oficializada para tomar as providências ou oficializar o DAEE, órgão gestor das águas subterrâneas e superficiais, para resolver o problema.

O relatório do IPT indica que o alteamento do lençol induzido pelo enchimento atua no sentido de dificultar a surgência de água no solo. Para dirimir dúvidas recomenda a CESP efetuar gestões junto a Petrobrás, Contep, empresa que instalou o poço e o Thermas para conseguir documentos do histórico de sua instalação que permitam maior entendimento da sua perfuração/operação.

Fis: 3150
Proc: 1247/92
Rubr: Am.

Fis: 600
Proc: 297/92
Pública

2.17 Continuar o Monitoramento das características limnológicas e de Qualidade da Água Superficial.

Está sendo elaborado relatório do período de 1998 a junho de 2001, de todas as estações de coleta do reservatório, incluindo o monitoramento diário no rio do Peixe e na Fazenda Beira Rio, na margem direita do reservatório.

2.18 Continuar o monitoramento da ictiofauna e reavaliar o peixamento;

O elevador para peixes operou no período de 01 de novembro de 2000 a 28 de fevereiro de 2001, em função da presença de cardumes de peixes migratórios, a jusante da usina. Nesse período de operação foram transpostos 9.469 kg de peixes, com uma média de 86kg/dia.

De acordo com o Relatório de Operação do Elevador para Peixes, pelo menos 28 espécies foram transpostas pelo elevador, das quais 10 são espécies reofílicas. Das principais espécies para a pesca comercial no trecho afetado pela UHE Engº Sérgio Motta, isto é, o pintado, barbado, jaú, dourado, pacu e corvina, apenas o pintado e o dourado tiveram exemplares transpostos no período de 2000/2001, sendo que no período de 1999/2000 teve-se todas essas espécies transpostas, ainda que em quantidades diferentes. Foi constatada uma predominância de piaparas, piau, corimbas e cascudos na biomassa total transposta. Houve ainda, a continuidade do programa de marcação de peixes para estudos de migração, desenvolvidos em cooperação com a Universidade Estadual de Maringá. Foram marcados 873 exemplares de *P. lineatus*, *S. maxillosus*, *L. obtusidens*, *L. elongatus*.

O estudo mostrou que a diversidade de espécies transpostas confirma o prognóstico de que o elevador é um equipamento não seletivo e, portanto, mais eficaz como medida de manejo conservacionista da ictiofauna. Porém, as transposições que ocorreram nos períodos 1999/2000 e 2000/2001, ainda não corresponderam a expectativa, principalmente porque os períodos foram marcados por condições climáticas atípicas, com poucas chuvas, resultando em baixas vazões. Conseqüentemente, a migração reprodutiva, que mantém íntima correlação com as vazões, teve baixa intensidade. O elevador para peixes da UHE Engº Sérgio Motta tem condições de transpor, diariamente, a quantidade de peixes transposta em todos os períodos reportados, isto é, aproximadamente 30.000kg. No entanto, esse nível de eficácia só poderá ser atendido em anos em que as condições ambientais propiciem grande afluxo de peixes reofílicos.

2.19 Continuar o monitoramento de Macrófitas;

A quantidade de pontos de monitorização em cada uma das seis regiões de avaliação variou devido às características de cada trecho, destacando-se o nível de infestação por plantas aquáticas e a extensão da região.

Também houve variação no número de pontos entre as campanhas devido à identificação de novas infestações. Nas sete campanhas foram identificadas 93 espécies

Fls.: 3151	Fls.: 601
Proc.: 1247/92	Proc.: 1247/92
Rubr.: dan.	Rubrica

de plantas aquáticas, apresentadas. As espécies identificadas representam 48 famílias diferentes. Ao longo de todo o desenvolvimento deste projeto observamos que mesmo numa situação não muito estável estas plantas continuam a crescer em condições de baixos níveis de predação por insetos ou patógenos gerando indivíduos de grande porte, e de bom estado nutricional. Dentre as espécies mais abundantes e presentes na região 01 destacam-se a *Eicchornia crassipes*, *Typha latifolia*, *Pistia stratiotes*, *Cyperus acicularis* e *Salvinia auriculata*, como as mais predominantes, sendo todas estas flutuantes e livres, podendo ser facilmente carregadas e encaminhadas pelos ventos e pelas correntes de água.

As espécies *Ludwigia elegans*, e *Aeschynomene sensitiva*, são espécies que necessitam de substrato denso para seu desenvolvimento, e estas ocorrem associadas às infestações de *Typha latifolia*, *Pistia stratiotes*, *Cyperus acicularis* e *Salvinia auriculata*, como as mais predominantes, sendo todas estas flutuantes e livres, podem ser facilmente carregadas e encaminhadas pelos ventos e pelas correntes de água.

2.20 Continuar os programas de monitoramento da fauna, encaminhando relatórios detalhados dos projetos específicos;

A CESP deverá encaminhar os relatórios de monitoramento até abril/2002. Cabe portanto ressaltar, que somente o Programa específico de cervos-do Pantanal está sendo realizado.

PROGRAMAS

2.21. Continuar a implantação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;

Para o canteiro de obras, já foi concluído o reafeiçoamento das áreas de bota-fora na margem esquerda (37,79 Ha), bota-fora da ilha Aurora (3 Ha), área de empréstimo margem esquerda (165 Ha) e área de empréstimo margem direita (225 Ha). Estas áreas terão o reflorestamento quase concluído em fevereiro de 2003 e uma pequena parte prevista para 2004. Para as áreas fora do canteiro de obras, a área de empréstimo J-6, em uso para implantação do porto de cargas, as operações de replantio e manutenção serão desenvolvidas até dezembro de 2002.

A recuperação das áreas degradadas vem sendo sendo efetuada de modo satisfatório, seja no reafeiçoamento dos terrenos e o reflorestamento com essências nativas na faixa de 50 metros do entorno do reservatório em território sulmatogrossense.

2.22 Rever o Programa de Controle de Poluição da bacia visando avaliar o padrão de lançamento dos efluentes industriais e domésticos.

Foi entregue os dois relatórios finais, contendo o diagnóstico dos municípios de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A CESP enviou para cada município da área de influência o diagnóstico das fontes de poluição com a contribuições para o reservatório. A CESP deverá realizar ações de esclarecimento às populações no âmbito do programa de Comunicação Social e instalar pontos de coleta dos locais críticos de poluição com

Fls.:	3152
Proc.:	1247/97
Rubr.:	Am

monitoramento anual, a fim de contemplar no Plano de Uso do reservatório, ações para o monitoramento das principais fontes de poluição no sentido de controlar a qualidade da água do reservatório.

N.º	602
Proc.	1247/97
Rubrica	

2.23. Continuar a implantação do Programa do Banco de Germoplasma;

O banco ativo de germoplasma está sendo instalado no canteiro de obras da UHE Eng. Sérgio Motta, em duas áreas de 18,0 uma no Estado de Mato Grosso do Sul. Foram plantadas no banco ativo de germoplasma várias espécies nativas.

2.24 Continuar o Programa de Implantação das Unidades de Conservação;

Os tratativas quanto à implantação das Unidades de Conservação estão em andamento junto ao DEPRN e o IEF.

2.25 Reavaliar o Programa de Relocação da Comunidade Indígena em conjunto com a FUNAI, e apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 dias;

Foi encaminhado o relatório da FUNAI, com o levantamento das benfeitorias, mas não foi oferecida nenhuma proposta de melhoria para aquela comunidade. Como a CESP deverá, ainda, cumprir com a regularização fundiária da área tradicional, mas a FUNAI não obteve resultado favorável até o momento, sugere-se a troca do benefício para atender necessidades mais urgentes. Aquelas famílias vivem naquele local na dependência da luz elétrica e do motor da bomba para suprir suas necessidade de água, tanto para consumo como para o trabalho. Portanto, deve-se condicionar na licença a provocação da questão junto a FUNAI, mesmo tendo conhecimento da existência de ação judicial no Estado do Mato Grosso do Sul.

2.26 Continuar o programa de educação Ambiental e apresentar as alterações introduzidas com as últimas adequações referentes ao Centro de Educação Ambiental;

Intensificar as ações previstas no Programa de Educação Ambiental em todos os reassentamentos urbanos e rurais, principalmente quanto a coibição à caça.

2.27 Implantar as áreas de lazer nos municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, em Mato Grosso, e Paulicéia, em São Paulo;

Os municípios de Bataguassu e Brasilândia solicitaram a troca da área de lazer por outras benfeitorias que já foram concluídas; em Santa Rita do Pardo e Paulicéia as obras estão concluídas e entregues ao município; o município de Três Lagoas ainda não definiu a área onde deseja a obra; e, nos municípios de Panorama e Anaurilândia as obras estão em fase final de conclusão.

Manter na licença: Concluir as áreas de lazer nos municípios de Anaurilândia, Panorama e Três Lagoas.

2.28 Continuar o Programa de Resgate Arqueológico;

Permanecer condicionante.

Fls. 003
Proc. 1243/92
Rubrica

2.29 Implementar o Programa de Valorização da Memória Regional;

Permanecer condicionante.

2.30 Intensificar o programa de fiscalização, principalmente na Fazenda Cisalpina.

Quanto este condicionante, cabe ressaltar que na vistoria técnica foi verificado a partir de conversas com os pesquisadores que trabalham com o Programa cervo-do Pantanal, que a fiscalização vem sendo ineficiente, inclusive o assentamento Pedra Bonita vem caçando os animais relocados para esta área.

2.31 Implementar as ações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, celebrado entre o Ministério Público Federal, Companhia Energética de São Paulo – CESP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, datado de 23 de outubro de 1998.

Fls.: 3153
Proc.: 1243/92
Rubr.: dm.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após análise de todo o material disponível, concluímos pela renovação da Licença de Operação nº 121/00, respeitando o limite de enchimento até a cota 257m. Contudo, entendemos que, nesse contexto, cabe multa ou procedimento notificadorio para a CESP, no que diz respeito a paralisação, quase que total, do andamento dos Programas Ambientais inerentes à questão da fauna.

Cabe ainda o encaminhamento para a PROGE do referido Termo de Ajustamento de Conduta –TAC, que foi assinado de comum acordo entre a CESP - Companhia Energética de São Paulo e o Ministério Público Federal, (i) para alteração do item Mitigação do Impacto sobre a Atividade de Pesca, resultante da reunião havida no MP em Presidente Prudente no último dia 28/02, e; (ii) a respeito da alteração do Programa Ambiental de Reflorestamento da Faixa de Perservação Permanente, onde houve pleno acordo de alteração referente ao Programa de Reflorestamento Ciliar do Reservatório, Afluentes e Tributários, da Cláusula 9º, §1º, que trata do seguinte texto, “ *Dos 6.107 hectares previstos inicialmente, serão implantados 3.396 em área pertencente à CESP, e a CESP arcará com os custos de implantação, manutenção por dois anos e cercamento da área, se necessário. Para os 2.711 hectares restantes previstos na modalidade fomento florestal, a CESP se compromete repassar o valor correspondente para o item obras regionais* . Assim, solicitação a orientação da PROGE, quanto aos procedimentos legais a serem seguidos com a finalidade de inverter este processo, tendo em vistas que o referido programa ambiental foi aprovado por este IBAMA.

Deverá, ainda, ser requerida uma reunião com o DEUC, a fim de se verificar o posicionamento daquele setor quanto à criação de um “Refúgio de Vida Silvestre” na Fazenda Cisalpina. Quanto a questão restrita à fauna que foi encaminhada para Instituições científicas, deverão ser solicitadas, ao DEVIS, informações referentes ao envio da fauna através de licenças emitidas pelo referido setor.

A fim de darmos continuidade ao processo, sugerimos que sejam considerados, na Renovação da Licença, as condicionantes abaixo relacionadas:

2.1 Dar continuidade ao:

Fls.: 3154
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm-

604
Proc. 1247/92
Rubrica

- ◆ Programa de Monitoramento da estabilidade das encostas marginais.
 - ◆ Programas de Monitoramento dos Processos Erosivos e de Assoreamento, sismológico, dos níveis d' água e do Clima local.
 - ◆ Monitoramento das características limnológicas e de qualidade da água superficial.
 - ◆ Mapeamento das macrófitas no reservatório.
 - ◆ Programas relativos às Unidades de Conservação, encaminhando documento comprobatório de aquisição das áreas das Unidades de Conservação e da situação atualizada.
 - ◆ Implantação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.
 - ◆ Programa de Avaliação do Comportamento Sedimentológico para a fase reservatório cota 253 e 257/259m.
 - ◆ Análise e verificação dos efeitos da elevação do lençol freático, como resultado do enchimento do reservatório na cota 257/259 m
 - ◆ Implementação do banco de germoplasma.
 - ◆ Monitoramento da ictiofauna, com relatórios anuais, identificando as espécies que estão conseguindo transpor o barramento, estimando as quantidades anuais, em número e em biomassa, através de amostragens nos períodos da piracema. Identificar ainda, os locais de desova e reprodução, bem como dos possíveis habitats das espécies de maior significância desta região. Dar continuidade ao monitoramento de ovos e larvas.
 - ◆ Avaliação da eficiência dos sistemas de transposição, apresentando relatórios.
 - ◆ Programa de Educação Ambiental e intensificar as ações previstas em todos os reassentamentos urbanos e rurais, principalmente quanto a coibição à caça em áreas destinadas à relocação de fauna;
 - ◆ Programa de Comunicação Social e incluir a conscientização para o controle de fontes poluidoras no lago, destacando os prejuízos para a saúde humana e qualidade das águas;
 - ◆ Construção dos pontos de embarque e desembarque ao longo do reservatório, conforme mapa aprovado pela comunidade pesqueira e Ibama, sendo proibida a construção dos mesmos em rios tributários;
- 2/3
- ◆ Construção das áreas de lazer nos municípios de Anaurilândia/MS, Três Lagoas/MS e Panorama/SP;
 - ◆ Formação dos estoques de argila do Programa de Reinserção Produtiva do Setor Cerâmico-Oleiro;
 - ◆ Programa de Valorização da Memória Regional;
 - ◆ Programa de Resgate Arqueológico.
- 2.2. Implantar pontos de coleta, permanentes, para monitoramento das áreas críticas indicadas no diagnóstico do Programa de Controle da Poluição da bacia, encaminhando relatórios anuais.

Fls.: 3155
Proc.: 1247/92
Rubr.: dm.

Fls.: 605
Proc.: 1247/92
Rubrica

- 2.3. Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório de avaliação preliminar dos impactos identificados no trecho a jusante da barragem, solicitada no âmbito do Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais.
- 2.4. Implementar ações para a transformar a Fazenda Cisalpina em Unidade de Conservação.
- 2.5. Apresentar mapeamento da nova faixa de preservação permanente no entorno do reservatório.
- 2.6. Apresentar resultados do projeto de manejo da avifauna no rio do Peixe.
- 2.7. Apresentar no prazo de 30 dias, os convênios firmados para todos os Projetos Específicos que foram mencionados nos estudos ambientais no que trata dos monitoramentos de fauna visando ainda atender a fauna relocada na Fazenda Cisalpina e áreas do entorno.
- 2.8. Apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório de andamento do estágio de elaboração do Plano Diretor do Reservatório conforme Termo de Referência, contemplando, no âmbito do Zoneamento Econômico-Ecológico, as atividades de pesca profissional e amadora;
- 2.9. Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, em conjunto com a FUNAI, proposta para melhoria da qualidade de vida da comunidade Ofayé-Xavante, como substitutivo da cláusula pendente, do convênio firmado no Programa de Relocação da Comunidade Indígena;
- 2.10. Reavaliar o peixamento que vem sendo realizado, tendo em vista não se ter, ainda, informações suficientes a respeito das espécies que existem hoje no reservatório e daquelas que devem permanecer no lago.
- 2.11. Prever Plano de Manejo para todas as espécies relocadas e aquelas que se encontram em situações susceptíveis à pressão de caça.
- 2.12. Retornar imediatamente com todos os programas de monitoramento da fauna relocada na Fazenda Cisalpina e nas outras Fazendas do entorno, que foram paralisados.
- 2.13. Implementar as ações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, celebrado entre o Ministério Público Federal, Companhia Energética de São Paulo – CESP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, datado de 23 de outubro de 1998.

À Consideração Superior,

Silvia Regina Alves
Silvia Regina Alves
Bióloga - CRB 00776/84
Consultora Técnica

Mônica de Arruda Camara
MÔNICA DE ARRUDA CAMARA
CORECON – DF 5111

De acordo
Paulo Roberto Ribeiro Arruda
Paulo Roberto Ribeiro Arruda
Coordenador de Licenciamento
COGEL/DLOAM

